



HOSPITAL DE
CLÍNICAS
PORTO ALEGRE RS

MISSÃO INSTITUCIONAL

Prestar assistência de excelência e referência com responsabilidade social, formar recursos humanos e gerar conhecimentos, atuando decisivamente na transformação de realidades e no desenvolvimento pleno da cidadania.

EDITAL Nº 09/2006 DE PROCESSOS SELETIVOS

PS 73 – ADVOGADO (Trabalhista)

Nº de Inscrição

Nome do Candidato

DIREITOS AUTORAIS RESERVADOS.

Proibida a reprodução, ainda que parcial, sem a prévia autorização da FAURGS e do HCPA.



Fundação de Apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

HOSPITAL DE CLÍNICAS DE PORTO ALEGRE

EDITAL Nº 09/2006 DE PROCESSOS SELETIVOS

GABARITO APÓS RECURSOS

PROCESSO SELETIVO 73

ADVOGADO (Trabalhista)

01.	C	11.	C	21.	E	31.	D
02.	A	12.	B	22.	A	32.	D
03.	B	13.	D	23.	C	33.	D
04.	D	14.	B	24.	E	34.	A
05.	ANULADA	15.	A	25.	B	35.	B
06.	ANULADA	16.	A	26.	E	36.	A
07.	E	17.	E	27.	A	37.	D
08.	D	18.	D	28.	D	38.	E
09.	B	19.	B	29.	B	39.	C
10.	D	20.	C	30.	A	40.	C

INSTRUÇÕES

- 01.** Verifique se este CADERNO DE PROVA corresponde ao **Processo Seletivo** para o qual você está inscrito. Caso não corresponda, solicite ao Fiscal da sala que o substitua.
- 02.** Esta PROVA consta de **40** questões objetivas, valendo 0,2 pontos cada uma, e de uma redação, valendo 2,0 pontos.
- 03.** Caso o CADERNO DE PROVA esteja incompleto ou apresente qualquer defeito, solicite ao Fiscal da sala que o substitua.
- 04.** Para cada questão objetiva existe apenas **uma** alternativa correta.
- 05.** Preencha com cuidado a FOLHA DE RESPOSTAS e a FOLHA DE REDAÇÃO, evitando rasuras. Eventuais marcas feitas na FOLHA DE RESPOSTAS a partir da questão 41 serão desconsideradas.
- 06.** Utilize caneta esferográfica de cor azul ou preta para assinalar as respostas das questões objetivas na FOLHA DE RESPOSTAS e para transcrever a REDAÇÃO na FOLHA DE REDAÇÃO.
- 07.** Durante a prova, não será permitido ao candidato qualquer espécie de consulta a livros, códigos, revistas, folhetos ou anotações, nem o uso de telefone celular, transmissor/receptor de mensagem e calculadora.
- 08.** Ao terminar a prova, entregue a FOLHA DE RESPOSTAS e a FOLHA DE REDAÇÃO ao Fiscal da sala.
- 09.** A duração da prova é de **4 horas e 30 minutos**, já incluído o tempo destinado ao preenchimento da FOLHA DE RESPOSTAS das questões objetivas e à transcrição da redação na FOLHA DE REDAÇÃO. Ao final desse prazo, ambas as folhas serão **imediatamente** recolhidas.
- 10.** O candidato somente poderá retirar-se do recinto da prova após transcorrida 1 (uma) hora do seu início.
- 11.** A desobediência a qualquer uma das recomendações constantes nas presentes instruções poderá implicar a anulação da prova do candidato.

Boa Prova!

01. Com relação aos princípios vetores da Administração Pública, considere as afirmações abaixo.

- I - O princípio da supremacia do interesse público, embora não esteja previsto no *caput* do art. 37 da CF, encontra amparo enquanto expressão da independência das funções estatais.
- II - O poder regulamentar da Administração Pública admite uma larga margem de atuação *praeter legem* por parte dos entes públicos.
- III- O princípio da razoabilidade é uma pauta para evitar soluções bizarras por parte do administrador público.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas III.
- (D) Apenas I e III.
- (E) Apenas II e III.

02. No tocante aos órgãos e à atividade administrativa, considere as afirmações abaixo.

- I - Desconcentração é a divisão interna de competências decisórias no plano da atividade administrativa, o que pode revelar uma divisão de matérias ou uma distinção entre o grau hierárquico ao qual incumbe a atuação.
- II - Atividades administrativas centralizadas são aquelas prestadas diretamente pelo Estado, seja através da Administração direta, indireta, fundacional ou pelas empresas públicas, na medida em que as sociedades de economia mista são equiparadas às pessoas jurídicas de direito privado.
- III- Atividades administrativas descentralizadas são aquelas prestadas por pessoas jurídicas de direito privado do Estado, referindo-se à prestação de serviços públicos por entes privados, mediante permissão ou concessão.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas III.
- (D) Apenas I e III.
- (E) Apenas II e III.

03. No entendimento de Mello (2005), quando se observa o regime jurídico das autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista, é **INCORRETO** afirmar que

- (A) a posição jurídica das autarquias, nas relações com terceiros, equipara-se, na esfera do seu campo de atuação, àquela atribuída à Administração direta.
- (B) as fundações podem estar sujeitas a regimes de direito público ou privado; neste último, não estão sujeitas às restrições administrativas no tocante aos contratos e a outros atos jurídicos.
- (C) as empresas públicas são dotadas de personalidade de direito privado, criadas por autorização legal, podendo adotar qualquer das formas societárias previstas pelo ordenamento jurídico.
- (D) nas empresas públicas o capital é integralmente proveniente de pessoas jurídicas de direito público, enquanto nas sociedades de economia mista conjugam-se recursos públicos e particulares.
- (E) as sociedades de economia mista deverão, obrigatoriamente, adotar a forma societária de sociedade anônima, não sendo admitida a opção por outras modalidades.

04. Com relação aos atos administrativos, assinale a afirmação **INCORRETA**.

- (A) A administração pública pode praticar atos de direito privado, caso em que o regime de direito administrativo regula as condições de emanção, mas não interfere no conteúdo e nos efeitos.
- (B) Ato administrativo é uma manifestação estatal, no exercício de suas prerrogativas públicas, que se manifesta mediante providências jurídicas voltadas ao cumprimento da lei.
- (C) O ato administrativo se revela eficaz quando é hábil para a produção dos efeitos que lhe são inerentes, correspondendo à disponibilidade para a produção dos seus efeitos típicos e próprios.
- (D) Não se pode mais falar em atos de governo, na medida em que o estágio atual do direito público não admite uma escala tão ampla de discricionariedade.
- (E) Atos internos são aqueles que produzem efeitos apenas no âmbito da Administração, ao passo que os atos externos produzem efeitos sobre terceiros.

05. Com relação à licitação, é **INCORRETO** afirmar que

- (A) a dispensa de licitação refere-se à inviabilidade de competição.
- (B) o comprometimento da segurança nacional pode ser reconhecido como hipótese de licitação proibida.
- (C) a concorrência é a modalidade obrigatória para os casos de valor mais elevado.
- (D) concurso é uma disputa entre interessados para a escolha de trabalhos técnicos ou artísticos.
- (E) leilão é a modalidade utilizada para a venda de bens móveis inservíveis que componham o patrimônio público.

06. Em matéria de contrato administrativo, considere as afirmações abaixo.

- I - Aos contratos administrativos não se aplica a exceção do contrato não cumprido.
- II - A publicação de extrato do instrumento é condição de eficácia dos contratos administrativos.
- III- O fato do príncipe pode ensejar a proteção do contratado no sentido de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro do negócio jurídico administrativo.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas III.
- (D) Apenas I e III.
- (E) I, II e III.

07. Em matéria de controle da Administração Pública, é correto afirmar que

- (A) não existe controle parlamentar direto, pois isso importaria em quebra da independência entre as funções estatais; logo, sempre será necessária a convocação da autoridade, a instituição de comissões temáticas ou de inquérito, ou o exame de atos e contas do Executivo mediante instâncias colegiadas.
- (B) o exercício da fiscalização contábil, financeira, orçamentária, patrimonial e operacional da Administração direta e indireta, em caráter interno, é efetivado pelo Tribunal de Contas.
- (C) o parecer prévio sobre as contas anuais do Presidente da República é uma atribuição de controle indireto e complexo, efetivada pela Comissão de Finanças do Senado Federal e analisada pelo Tribunal de Contas da União.
- (D) os atos discricionários da autoridade competente, como a escolha de uma pessoa para um cargo de confiança, não estão sujeitos ao controle, pois expressam prerrogativas da própria autoridade administrativa.
- (E) no exercício do seu poder de controle, em caso de prática de crime de responsabilidade, uma das prerrogativas do Poder Legislativo é o *impeachment* dos Ministros de Estado.

08. No tocante ao pregão, considere as afirmações abaixo.

- I - O pregão é destinado à aquisição de bens e serviços comuns.
- II - Todos os proponentes podem fazer sucessivos lances verbais.
- III- Só após o exame da proposta pelo pregoeiro se dá a abertura do envelope com os documentos de habilitação.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas III.
- (D) Apenas I e II.
- (E) Apenas II e III.

09. No Brasil, os partidos políticos são

- (A) pessoas jurídicas de direito público interno.
- (B) pessoas jurídicas de direito privado.
- (C) associações não personificadas.
- (D) sociedades não personificadas.
- (E) fundações de direito público.

10. De acordo com a classificação do Código Civil, os bens destinados à alienação são considerados

- (A) móveis por natureza.
- (B) móveis por força de lei.
- (C) fungíveis.
- (D) consumíveis.
- (E) duráveis.

11. No tocante às obrigações solidárias, dispõe o Código Civil que a solidariedade

- (A) se presume de pleno direito.
- (B) se presume, cabendo o ônus da prova em contrário ao devedor.
- (C) não se presume, resultando da lei ou da vontade das partes.
- (D) deve decorrer de norma legal cogente, não podendo resultar da vontade das partes.
- (E) depende, ainda quando decorrente de lei, da manifestação de vontade das partes.

12. É nulo o negócio jurídico

- (A) quando celebrado por pessoa relativamente incapaz.
- (B) quando o motivo determinante, comum a ambas as partes, for ilícito.
- (C) quando as partes deixarem de observar norma dispositiva.
- (D) por vício resultante de estado de perigo ou fraude contra credores.
- (E) por vício resultante de erro, dolo ou coação.

13. A exceção de contrato não cumprido pode ser invocada

- (A) em qualquer tipo de contrato, porque decorre do sinalagma.
- (B) somente quando as partes a convencionarem no momento da redação do contrato.
- (C) somente nos contratos unilaterais e quando o descumprimento for total.
- (D) somente nos contratos bilaterais e quando não houver menção, na lei ou no contrato, de quem deva cumprir em primeiro lugar.
- (E) quando o contrato for bilateral e a parte devedora tiver cumprido apenas parcialmente o contrato.

14. Classificam-se os contratos em relação ao momento de sua execução em contratos instantâneos e de duração. Dessa classificação resulta a seguinte consequência:

- (A) os contratos instantâneos, quando resolvidos, operam *ex nunc*.
- (B) nos contratos de duração, quando extintos por descumprimento, a resolução opera *ex nunc*.
- (C) os contratos de duração só podem ser extintos quando do advento do termo final.
- (D) os contratos instantâneos não podem ser resolvidos.
- (E) os contratos de duração não admitem a resolução por cumprimento incompleto.

15. A classificação dos contratos em comutativos e aleatórios tem certas consequências práticas. Com relação a esses contratos, assinale a afirmação correta.

- (A) As regras reguladoras da lesão são aplicáveis somente aos contratos comutativos.
- (B) Qualquer contrato, seja ele comutativo ou aleatório, suporta a alegação de lesão.
- (C) Aos contratos aleatórios podem ser apostas arras.
- (D) O contrato de renda vitalícia é comutativo.
- (E) O mútuo feneratício é classificado como contrato aleatório.

16. O Código de Defesa do Consumidor – CDC – considera defeituoso o produto ou o serviço, responsabilizando o fabricante e o revendedor, quando

- (A) não houver informações suficientes sobre a sua utilização.
- (B) o produto deriva de utilização de novas técnicas para a sua elaboração.
- (C) o produto já está há muito tempo em circulação no mercado, tornando-se antiquado e superado por outros mais atuais e mais eficientes.
- (D) outro produto similar, mas de melhor qualidade e mais eficiência, é posto em circulação no mercado.
- (E) a responsabilidade civil do fabricante, por defeito no produto, é fundada na culpa.

17. Ao tratar das normas constitucionais no tempo e no espaço, Barroso (1999) examina a relação entre a Constituição nova e o direito infraconstitucional anterior. Com relação à matéria, considere as afirmações abaixo.

- I - O princípio da supremacia da Constituição impede a recepção do ordenamento infraconstitucional anterior sempre que for incompatível com a nova Constituição, impondo a oposição de ação direta de inconstitucionalidade para declarar o vício da lei a partir da vigência do novo texto constitucional.
- II - Os textos infraconstitucionais anteriores são transformados pela nova Constituição, o que determina uma verdadeira novação, na medida em que a interpretação, sob novos parâmetros, pode afetar a interpretação da norma infraconstitucional.
- III - Na tensão entre os princípios da supremacia da Constituição e da continuidade do ordenamento jurídico, este último determina que a norma não incompatível com a nova Constituição deve ter preservada a sua aplicabilidade.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas III.
- (D) Apenas I e II.
- (E) Apenas II e III.

18. Seguindo a lição de Barroso (1999) com relação aos princípios de interpretação especificamente constitucional, assinale a afirmação **INCORRETA**.

- (A) Não havendo hierarquia entre normas-princípio e normas-disposição, entre as mesmas há uma distinção funcional dentro do ordenamento.
- (B) As normas-disposição têm eficácia restrita às situações específicas às quais se dirigem, enquanto as normas-princípio têm, em regra, maior teor de abstração.
- (C) Enquanto expressão da ideologia constitucional, as normas-princípio seguem um método do geral ao específico, até a formulação da regra concreta.
- (D) Os princípios especiais são aqueles que têm um caráter fundamental, caracterizando as opções políticas extraordinárias, como o regime democrático.
- (E) Os princípios fundamentais são a expressão da ideologia política do ordenamento constitucional, compondo o núcleo inalterável do sistema.

19. No entendimento de Sarlet (2005), é correto afirmar que

- (A) a função precípua dos direitos de defesa é a limitação do poder estatal, impondo uma crescente função ativa do Estado, obstada apenas pela reserva do possível, que floresce como restrição com relação aos direitos fundamentais de primeira geração.
- (B) podemos identificar, no plano dos direitos de defesa, as categorias de não-impedimento de ações por parte do titular de direito, não afetação de propriedade e situações do titular do direito e não-eliminação de posições jurídicas.
- (C) enquanto os direitos de defesa (negativos) são direitos sem custo, os direitos sociais prestacionais não podem ser obstados tão somente sob alegações de caráter econômico, pois o Poder Judiciário não pode restringir sua análise ao fator custo.
- (D) não se pode falar que as normas de conteúdo programático têm baixa densidade normativa, pois o grau de eficácia das normas somente pode ser avaliado pelo Juiz, que afastará a norma cujo grau de concreção seja excessivo ou inexpressivo.
- (E) a inconstitucionalidade dos atos normativos após a vigência da Constituição não pode ser pautada pela contrariedade aos princípios, pois apenas as regras têm um conteúdo de eficácia específico e podem gerar efeitos concretos sobre a carga eficaz.

20. Ainda sob a perspectiva da doutrina de Sarlet (2005), é **INCORRETO** afirmar que

- (A) o direito à saúde, ainda que não tivesse reconhecimento constitucional, deveria ser concebido como direito fundamental implícito.
- (B) não podem ser admitidas a eficácia limitada do direito à saúde, a falta de recursos e a incompetência do Judiciário para decidir sobre recursos públicos.
- (C) no plano da saúde, há o reconhecimento de um direito derivado a prestações materiais sempre que depende de regulamentação.
- (D) o problema da proibição de um retrocesso social é um elemento relevante no plano do nível prestacional legislativamente definido.
- (E) o legislador, na vinculação aos direitos fundamentais, é compelido à realização na acepção positiva e não apenas num sentido negativo (proibitivo).

21. Sobre a interpretação constitucional, considere as afirmações abaixo.

- I - Interpretação conforme com redução de texto determina que a doutrina deve determinar o conteúdo da norma, eliminando as partes incompatíveis com a Constituição.
- II - Interpretação conforme sem redução do texto é aquela que atribui compatibilidade ao texto do ato normativo impugnado com a perspectiva da Constituição, até quando reduz o seu alcance.
- III- É atribuída ao texto normativo uma interpretação que preserva a sua constitucionalidade, mesmo quando determina, por exemplo, a exclusão de potenciais interessados na interpretação mais ampla.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas III.
- (D) Apenas I e II.
- (E) Apenas II e III.

22. Segundo Moraes (2001), com relação aos direitos fundamentais, é **INCORRETO** afirmar que

- (A) o princípio da legalidade expressa a reserva de lei, na medida em que somente a lei poderá determinar ou vedar uma ação positiva do particular.
- (B) o direito à vida tem uma dupla acepção: 1ª) direito de continuar vivo; 2ª) direito a uma vida digna quanto à subsistência.
- (C) o direito ao exercício de culto religioso está adstrito à preservação da tranquilidade pública e deve ser exercido de acordo com os bons costumes.
- (D) incumbe ao Estado materializar o direito subjetivo à assistência religiosa, multiforme, em favor dos internos em estabelecimento coletivo.
- (E) a noção de domicílio abrange inclusive o local onde se exerce profissão ou atividade, quando se trate de um recinto fechado.

23. São objetivos da seguridade social:

- (A) a universalidade da cobertura, a equidade na indenização e a uniformidade das instituições de saúde.
- (B) a universalidade da cobertura, a equidade na forma de participação no custeio e a diversidade de benefícios e serviços às populações urbanas e rurais.
- (C) a seletividade e distributividade na prestação de benefícios e serviços, bem como a diversidade da base de financiamento.
- (D) o caráter democrático e descentralizado da gestão administrativa, a individualidade do atendimento e a universalidade da cobertura.
- (E) a irredutibilidade dos benefícios e o financiamento com base em recursos públicos com destinação específica, sem exclusão das populações rurais.

24. Com relação à ação direta de inconstitucionalidade, é correto afirmar que,

- (A) via de regra, os efeitos da liminar em ação direta de inconstitucionalidade são *ex tunc*, admitindo-se, excepcionalmente, que sejam operados efeitos *ex nunc*.
- (B) na defesa da norma infraconstitucional, o Advogado-Geral da União exerce a função de curador, mas isso não o impede de se manifestar contrariamente à norma inconstitucional.
- (C) em ação direta de inconstitucionalidade, não é admitida a sustentação oral por parte do *amicus curiae*, uma vez que afetaria a isonomia processual.
- (D) em sede de controle abstrato de constitucionalidade, não se pode aventar que a declaração de inconstitucionalidade de lei possa acarretar efeitos repristinatórios.
- (E) no julgamento de ação direta de inconstitucionalidade, o efeito vinculante previsto no § 2º do art. 102 da CF não condiciona o próprio STF.

25. Quando o contrato de trabalho é anulado, pelo fato de ter sido firmado por pessoa absolutamente incapaz, diz-se que o mesmo foi extinto (tecnicamente) por

- (A) resolução.
- (B) rescisão.
- (C) rescisão bilateral.
- (D) rescisão unilateral.
- (E) caducidade.

26. Das hipóteses abaixo, a única que posterga a eficácia do aviso prévio dado é a do(a) empregado(a) que, no curso do aviso,

- (A) vem a integrar uma chapa concorrente a eleições sindicais.
- (B) engravida.
- (C) passa à condição de dirigente de cooperativa.
- (D) venha a registrar a sua candidatura para uma vaga junto à CIPA.
- (E) venha a sofrer acidente no trabalho.

27. Se o(a) empregado(a) tiver mais de 32 faltas (não justificadas) durante o período aquisitivo, com relação às suas férias,

- (A) perde o período aquisitivo até ali transcorrido e, imediatamente, se inicia a contagem de novo período aquisitivo.
- (B) terá direito a apenas 06 dias corridos.
- (C) terá direito a apenas 12 dias corridos.
- (D) terá direito a apenas 18 dias corridos.
- (E) terá direito a apenas 24 dias corridos.

28. No que diz respeito à duração do trabalho normal, é correto afirmar que

- (A) a Constituição de 1988 limitou-a em oito horas diárias e quarenta e oito semanais.
- (B) o limite estabelecido na Constituição de 1988 se aplica aos empregados viajantes.
- (C) o limite estabelecido na Constituição de 1988 se aplica aos empregados com função de gerente.
- (D) o limite estabelecido na Constituição de 1988 não se aplica àqueles empregados exercentes de cargo de gestão.
- (E) o limite estabelecido na Constituição de 1988 se aplica aos empregados com função de chefe de departamento ou filial.

29. Compete à Justiça do Trabalho, **EXCETO**

- (A) conhecer e julgar as demandas envolvendo crédito do empregado decorrente de pequena empreitada.
- (B) conhecer e julgar as demandas envolvendo pretensão de benefício previdenciário decorrente de acidente de trabalho.
- (C) executar, de ofício, as contribuições sociais relativas às parcelas de natureza salarial decorrentes das sentenças que proferir.
- (D) processar e julgar *habeas corpus* impetrado pelo empregador considerado depositário infiel.
- (E) processar e julgar ações entre sindicatos.

30. O agravo de petição, no processo do trabalho, é recurso próprio para atacar

- (A) decisão proferida em processo de execução.
- (B) decisão que acolhe a alegação de exceção de incompetência relativa.
- (C) decisão proferida pelo Relator, monocraticamente, não admitindo o recurso de revista.
- (D) decisão que negar seguimento a algum outro recurso.
- (E) decisão do Corregedor em correição parcial.

31. Nos dissídios individuais do trabalho é possível a interposição dos seguintes recursos, **EXCETO**

- (A) recurso de revista.
- (B) recurso ordinário.
- (C) agravo de petição.
- (D) embargos infringentes.
- (E) embargos declaratórios.

32. A reclamada é revel e confessa quanto a matéria de fato, em face do seu não comparecimento à audiência inaugural. Existindo pedidos de insalubridade e/ou periculosidade, o juiz deve

- (A) julgar, de imediato, a ação, condenando a reclamada ao pagamento de ambos os adicionais, caso postulados cumulativamente.
- (B) julgar procedente, de plano, a demanda, para condenar a reclamada ao pagamento do adicional de periculosidade, por ser mais benéfico ao reclamante, caso os adicionais tenham sido postulados cumulativamente.
- (C) indagar ao autor sobre qual adicional prefere, sentenciando em seguida.
- (D) determinar a realização de perícia técnica, mesmo sob protesto do trabalhador, pela ausência injustificada da reclamada e, somente após a conclusão da perícia, proferir a sentença.
- (E) julgar de imediato a ação, desprezando, de ofício, o pedido acerca do(s) adicional(is), com vistas à celeridade processual em benefício do reclamante.

33. Determinada empresa deve aos cofres da seguridade dez meses de contribuição decorrente da folha de salários. O montante devido poderá ser parcelado, no máximo, em até

- (A) 10 meses.
- (B) 20 meses.
- (C) 30 meses.
- (D) 40 meses.
- (E) 60 meses.

34. Certa empresa é autuada, via notificação fiscal de lançamento de débito, por sonegar contribuição previdenciária no valor de R\$ 5.000,00. Se quiser contestar administrativamente o ato que lhe cobra a contribuição social, deverá

- (A) apresentar, no prazo de quinze dias da notificação, defesa junto ao INSS.
- (B) apresentar, no prazo de trinta dias da notificação, defesa junto ao INSS.
- (C) apresentar, no prazo de cinco dias da notificação, defesa junto ao Conselho de recursos da Previdência Social – CRPS.
- (D) apresentar, no prazo de quinze dias da notificação, defesa junto a Câmara Recursal de Julgamento.
- (E) comprovar o depósito de 10% do valor devido.

35. Assinale qual das alternativas abaixo apresenta benefícios previdenciários que já não mais existem na legislação previdenciária brasileira.

- (A) Aposentadoria por invalidez, aposentadoria por idade e aposentadoria por tempo de contribuição.
- (B) Pecúlio, auxílio-natalidade e auxílio funeral.
- (C) Aposentadoria especial, auxílio-doença e auxílio-família.
- (D) Salário-maternidade, pensão por morte e auxílio-acidente.
- (E) Auxílio-reclusão e abono anual.

36. Com relação à isenção das contribuições, é **INCORRETO** afirmar que

- (A) a isenção das contribuições é extensiva a todas as entidades mantidas, suas dependências, estabelecimentos e obras de construção civil.
- (B) após a requisição do reconhecimento de isenção, o INSS decidirá sobre o pedido no prazo de 30 dias contados da data do protocolo.
- (C) a pessoa jurídica controlada por outra integrante de grupo econômico não goza da isenção adquirida por esta.
- (D) a isenção refere-se apenas às contribuições devidas pela empresa, não atingindo as devidas pelos segurados, cujo recolhimento cabe à empregadora.
- (E) as entidades beneficentes de assistência social são isentas do pagamento das contribuições previdenciárias devidas ao INSS.

37. A lesão de esforço repetitivo – LER – e a Silicose (doença contraída pelo mineiro que trabalha exposto ao pó de sílica) são exemplos de

- (A) doenças profissionais.
- (B) doenças do trabalho.
- (C) doença profissional e doença do trabalho, respectivamente.
- (D) doença do trabalho e doença profissional, respectivamente.
- (E) doenças que não são consideradas ocupacionais.

38. No caso de omissão ou resistência do empregador, a comunicação de acidente de trabalho – CAT – pode ser emitida

- (A) apenas pelo próprio acidentado.
- (B) apenas pelos dependentes do acidentado.
- (C) apenas pela entidade sindical competente.
- (D) apenas pelo médico que o assistiu.
- (E) por qualquer um dos acima citados, bem como por qualquer autoridade pública.

39. **NÃO** se equipara ao acidente de trabalho, para os efeitos dos benefícios da legislação acidentária, o acidente sofrido pelo segurado no local e no horário do trabalho em consequência de

- (A) ato de agressão, sabotagem ou terrorismo praticado por terceiro ou companheiro de trabalho.
- (B) ofensa física intencional, inclusive de terceiro, por motivo de disputa relacionada com o trabalho.
- (C) ato de imprudência, de negligência ou de imperícia próprios.
- (D) ato de pessoa privada do uso da razão.
- (E) desabamento, inundação, incêndio e outros casos fortuitos ou decorrentes de força maior.

40. A tramitação do recurso administrativo, por expressa determinação legal, deve obedecer aos princípios jurídicos fundamentais do processo em geral e do Direito Administrativo, sob pena de nulidade. É pacífico o entendimento de que o INSS, percebendo seu eventual equívoco, pode, a qualquer tempo, reformar sua própria decisão, especialmente diante da relevância e natureza dos benefícios acidentários e/ou previdenciários. Trata-se do princípio

- (A) da segurança jurídica.
- (B) da proporcionalidade.
- (C) da autotutela.
- (D) do contraditório.
- (E) da motivação.

REDAÇÃO

A violência, apesar de ter conceito amplo, complexo, polissêmico e controverso, pode ser genericamente entendida como o evento representado por ações realizadas por indivíduos, grupos, classes ou nações que ocasionam danos físicos ou morais a si próprios ou a outros.

Acidentes, por sua vez, são considerados como os eventos não intencionais causadores de lesões físicas e/ou emocionais, ocorridos no âmbito doméstico ou em outros ambientes sociais, como trabalho, trânsito, esporte, lazer etc.

Essa dicotomia, baseada no elemento da intencionalidade, poderia fazer pensar no estabelecimento de um possível paralelo com os eventos dolosos e culposos do campo jurídico. Entretanto, tal equiparação deve ser feita com cautela, visto tratar-se de áreas diversas de estudos: da mesma forma que o Direito tem conceitos próprios, também a apreciação sob a ótica da saúde terá suas particularidades.

Entretanto, a falta de um limite nítido entre o que seja intencional ou não tem levado os técnicos – inclusive internacionais – a estudar a violência em sentido lato, em seu aspecto maior, como sinônimo de tudo o que não seja natural. Acresce que, muitas vezes, são rotuladas como acidentais certas situações que podem esconder ou mascarar atos intencionais. Em outras palavras, ações que se iniciaram como de natureza conflituosa podem vir a terminar em acidentes e, em casos específicos, como os da violência contra a mulher, acarretar, por exemplo, o suicídio.

Pode-se dizer, dessa forma, que os acidentes e as violências, reunidos pela Organização Mundial da Saúde sob a denominação de causas externas, mantidas as suas individualidades, devem ser estudados em conjunto.

(Adaptado de: JORGE, Maria Helena Prado de Mello. Violência como problema de saúde pública. *Cienc. Cult.*, June/Sept. 2002, v. 54, no.1, p. 52-53. ISSN 0009-6725.)

Você deverá produzir uma redação sobre o seguinte tema: **em que medida a violência pode ser entendida como um problema de saúde pública.**

Para desenvolver esta redação, procure reunir argumentos em torno do tema proposto, podendo utilizar-se, como subsídio, das informações oferecidas no texto que orienta a proposta.

Observe que o texto a ser elaborado caracteriza-se como uma dissertação, isto é, deve apresentar argumentação consistente em favor de um ponto de vista claramente explicitado. Além do caráter argumentativo, estarão sob avaliação aspectos responsáveis pela coerência e pela coesão do texto, bem como a observância das regras de expressão da norma escrita do português brasileiro.

Sua redação deverá ter, no mínimo, 30, e, no máximo, 60 linhas. Utilize lápis apenas no rascunho; a versão final do texto deverá ser escrita a caneta, na folha própria para a redação, com letra legível, de tamanho regular.

